

AS VISUALIDADES DA CULTURA INDÍGENA EM LIVRO DIDÁTICO

THE VISUALITIES OF INDIGENOUS CULTURE IN A TEXTBOOK

Erinaldo Alves Nascimento 1

Fábio Pereira da Silva 2

Resumo: Este estudo tem a finalidade de analisar as visualidades da cultura indígena no livro didático “Arte de Perto”. A pergunta que move a reflexão é: como o livro didático, adotado no ensino médio nas escolas públicas estaduais do Piauí está abordando os conteúdos sobre a cultura indígena conforme estabelece a Lei 11.645/08? A partir dessa pergunta, propôs-se o seguinte objetivo geral: analisar as visualidades da cultura indígena no livro didático “Arte de Perto” (ROCHA et al, 2016), verificando-se atende ao que estabelece a Lei 11.645/2008. Para atender aos objetivos da pesquisa adotou-se pesquisa bibliográfica e documental, a análise se centra, mediante referenciais da Cultura Visual, nas ponderações sobre o uso de imagens e se o livro em foco dissemina ou desconstrói estereótipos culturais sobre os indígenas. Nos resultados e discussões foi possível perceber a relevância de analisar um livro didático, com forte presença da cultura indígena do passado e presente. Depreende-se que seja necessária atenção na escolha de imagens sobre os indígenas brasileiros de modo a manifestar possíveis continuidades de estereótipos e propor mudanças de maneira a difundir a pluralidade cultural dos povos indígenas no Brasil nos livros didáticos.

Palavras-chave: Ensino Médio. Arte de Perto. Cultura Visual. Lei 11.645/08.

Abstract: This study aims to analyze the visualities of indigenous culture in the textbook “Arte de Perto”. The question that drives the reflection is: how is the textbook, adopted in secondary education in state public schools in Piauí, addressing the contents of indigenous culture as established by Law 11.645/08? From this question, the following general objective was proposed: to analyze the visualities of indigenous culture in the textbook “Arte de Perto” (ROCHA et al, 2016), verifying that it complies with what is established by Law 11,645/2008. To meet the research objectives, bibliographic and documental research was adopted, the analysis focuses, through references of Visual Culture, on the considerations about the use of images and whether the book in focus disseminates or deconstructs cultural stereotypes about the indigenous people. In the results and discussions, it was possible to see the relevance of analyzing a textbook, with a strong presence of past and present indigenous culture. It appears that attention is needed in the choice of images about Brazilian indigenous peoples in order to manifest possible continuities of stereotypes and propose changes in order to spread the cultural plurality of indigenous peoples in Brazil in textbooks.

Keywords: High School. Art up Close. Visual Culture. Law 11645/08.

1 Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal da Paraíba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2103390465181094>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8202-4019>. E-mail: erinaldo_alves@hotmail.com

2 Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor de Arte/SEME-Picos-PI, <http://lattes.cnpq.br/9280325424373941>, <https://orcid.org/0000-0003-1937-2245>, E-mail: fabyo7054@gmail.com

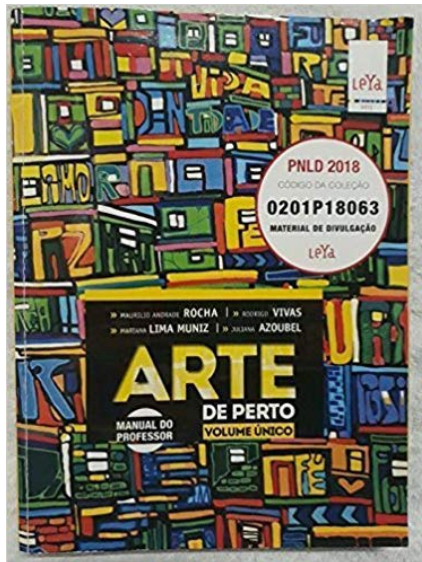
Introdução

O debate sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, na formação docente e na escola, tem um papel muito importante. O ambiente escolar é um lugar de identidades, de subjetividades, de alegrias, de entretenimento, de conflitos, de disciplinamentos, de lutas, de valores e de convivência com várias informações. Algumas podem ampliar horizontes de perspectiva, favorecendo o respeito e o diálogo cultural contextualizado; outras podem continuar disseminando estereótipos e discriminações culturais. Com isso, estudantes, docentes e comunidades escolares brasileiras, para ajudar a conhecer as histórias e contribuições dos povos indígenas precisam ter acesso, entre outras alternativas, às reflexões no currículo escolar sobre a cultura afro-brasileira e indígena, pautadas no respeito à diversidade.

A pesquisa, exposta neste texto, opta por discutir sobre as visualidades da cultura indígena, difundidas no livro didático “Arte de perto” (ROCHA et al, 2016), à luz da lei 11.645/2008. Esse livro fez parte da escolha do livro didático do Ensino Médio, no PNLD 2018 (Plano Nacional do Livro Didático) das escolas públicas de todo o país. É um livro de volume único para todas as séries do Ensino Médio, aprovado pelo Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, no PNLD anterior, o livro foi alvo de polêmicas e sua compra foi suspensa pelo MEC. Segundo informação noticiada pela Folha de São Paulo, divulgada no dia 08.09.2017, a decisão foi tomada após uma suspeita de falta de isenção da banca de pesquisadores que fez a escolha das obras. Diante de tantos debates, depois disso, o livro passou a ser comercializado nas principais livrarias do país. É um livro composto por 21 capítulos, distribuídos em 480 páginas, 1ª edição de 2016, que tem como código da coleção o número: 0201P18063.

Figura 1. Foto da capa do livro “Arte de Perto” (ROCHA, et al, 2016).



Fonte: Arquivo dos autores.

A escolha da temática, proposta aqui, surge a partir da seguinte questão/problema: o livro didático “Arte de Perto” (ROCHA et al, 2016), adotado pelo professorado de Arte do Ensino Médio, no PNLD 2018, aborda, sem estereótipos, as visualidades sobre cultura indígena, como estabelece a Lei 11.645/08?

A partir dessa pergunta, propomos o seguinte objetivo geral: analisar as visualidades da cultura indígena no livro didático “Arte de Perto” (ROCHA et al, 2016), verificando se atende ao que estabelece a Lei 11.645/2008. Para atender ao objetivo geral, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as visualidades da cultura indígena no livro didático “Arte de Perto”;
- Distinguir as visualidades, constantes do livro didático mencionado, relacionadas com

as identidades indígenas e se estão em conformidade com o PNLD 2018 e com a Lei 11.645/2008;

- Questionar se as visualidades do livro didático, em foco, reforçam ou rebatem estereótipos culturais referentes à cultura indígena.

Analisar a maneira como a cultura indígena é vista nos livros didáticos é de suma relevância porque se constata, a um só tempo, a aplicação da Lei 11645/2008 e se a cultura indígena brasileira é mostrada sem estereótipos. É fundamental para favorecer o interculturalismo e a democratização de saberes culturais considerados fundamentais na base da formação do povo brasileiro. É primordial para ressaltar a relevância dos povos indígenas na construção da identidade do povo brasileiro. Quando falamos em visualidades, estamos nos referindo...

Às interpretações visuais construídas historicamente pelos sujeitos em diferentes épocas. As visualidades podem ser entendidas como regimes de enunciação visual ou os modos como passamos a ver, pensar, dizer e fazer de determinada maneira e não de outra (NASCIMENTO, 2011, p. 215).

Ao nos servir da Educação da Cultura Visual, estamos reconhecendo, como enfatiza Nascimento (2011, p.214-215), que “a imagem tem suas especificidades, diferenciando-se das palavras ditas e escritas. As imagens constituem uma maneira própria de pensar, ver, agir e dizer”. A imagem não é a palavra, mas pode ser uma modalidade de materialização enunciativa, ou seja, uma maneira de os enunciados discursivos poderem se materializar e exteriorizar. As palavras podem colaborar no processo interpretativo das imagens, mas são modos diferentes de formular o pensamento.

Os indígenas influenciaram muito a cultura da nação brasileira. A herança das culturas indígenas é presente no cotidiano com seus costumes, crenças, hábitos, alimentação e no nosso vocabulário. Entretanto, essa cultura vem sendo esquecida ou tratada com preconceito e discriminação por parte de uma grande parcela da nossa sociedade. Um exemplo das discriminações contra os indígenas e sua cultura, em geral, é evidenciado quando se constata que, há vários anos, esse tema só costuma ser abordado nas escolas de Educação Básica, no tradicional “dia do índio”, em 19 de abril, no nosso país. É um assunto que costuma ser tratado de forma superficial e estereotipado. Os autores são testemunhas disso em escolas de Natal/RN, João Pessoa/PB e Picos - PI.

O tratamento dado aos indígenas, no dia 19 de abril, de maneira estereotipada nas escolas, pode ser constatado quando se acessa o site “*aluno on*”, no endereço www.alunoon.com.br. Na seção “50 ideias de mural para o dia do índio”, encontram-se sugestões de várias imagens para compor o mencionado mural. Eis algumas:

Figura 2 - Algumas imagens do site “*aluno on*”.





Fonte disponível em: <https://alunoon.com.br/infantil/atividades.php?c=242>. Acesso em: 15 jun. 2019.

O termo Estereotipia vem de “estereos” que pode significar “imóvel” “constante” e “sem provocador de vida” e typos, como molde ou modelo a ser copiado. É um tipo de desenho bitolado, ou seja, feito de um jeito só. São massificantes ou padronizados, pois são produzidos para serem todos iguais. Na Educação Infantil, a maioria dos desenhos estereotipados é feito pelo adulto, especialmente os que decoram paredes e portas. Os moldes, encontrados prontos, hoje, em várias páginas da internet, são usados, salvo raras exceções, para serem pintados pelas crianças.

O Grupo de Pesquisa em Ensino das Artes Visuais (GPAV-UFPB) fez uma investigação sobre “o discurso pedagógico veiculado pelas imagens e pelas visualidades exploradas na Educação Infantil” (NASCIMENTO et al, 2015, p. 263-287). As visualidades evidenciam um discurso pedagógico, que se materializa com regras específicas ou especializadas, valorizadores de determinadas competências e de ordenamento ou disciplinamento social.

As imagens estereotipadas, relacionadas com os indígenas, que costumam ocorrer na grande parte das instituições de Educação Básica, aqui exemplificada no site “*aluno on*”, revelam um discurso pedagógico pautado na superficialidade e em vários equívocos, entre os quais a de confundir os indígenas brasileiros com os norte-americanos. Apesar de as palavras escritas, dispostas no painel, conclamarem o respeito, as imagens, em razão das superficialidades com que são colhidas e produzidas, revelam racismo e outros tipos de discriminação com os indígenas. As visualidades dos indígenas nas escolas de educação fundamental do nosso país tratam de um sujeito e de uma cultura limitada, simplificada, romantizada e segregada à visão colonizadora disseminada a partir da visão rotulante do chamado descobrimento do Brasil pelos portugueses.

Esse descaso cultural com a cultura dos africanos, afrodescentes e dos povos chamados “indígenas” demandou, fruto de muita luta e resistência dos movimentos negros e indígenas, a promulgação da Lei 11.645/2008, que é uma ampliação da Lei 10.639/2003, responsável pela alteração da Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei incluiu, em caráter obrigatório, no currículo oficial da rede básica de ensino do país a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

De acordo com a Lei 11.645/08, “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira” (BRASIL, Lei 11.645/08). Apesar de usar a denominação em vigor, anteriormente usada pela Lei 5692/71, “Educação Artística”, a lei em foco, que usa o termo “Arte”, enfatiza a obrigatoriedade de “conteúdos” com reflexões históricas mais aprofundadas para tratar da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros.

Conforme informações sobre a distribuição da população autodeclarada indígena no território brasileiro, com base nos resultados censitários divulgados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o artigo intitulado “O Brasil Indígena”, está declarado o seguinte:

No Censo Demográfico 2010, foi introduzido um conjunto de perguntas específicas para as pessoas que se declararam indígenas, como o povo ou etnia a que pertenciam, como também, as línguas indígenas faladas. Além disso, incorporou-se um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio

indígena – dentro ou fora de Terras Indígenas já reconhecidas pelo governo federal. Em decorrência, os resultados do Censo 2010 permitem um delineamento bastante detalhado acerca das pessoas que se declaram indígenas para os recenseadores. Surge um País com uma expressiva diversidade indígena (IBGE, 2010).

Este estudo privilegia a pesquisa documental (Lei de nº11645/2008) e a bibliográfica via análise do livro didático do Ensino Médio, intitulado “Arte de Perto”, da editora Leya (ROCHA et al, 2016), com o propósito de refletir sobre a presença da cultura indígena no livro didático.

A cultura indígena no contexto brasileiro

Vários povos, que, depois, passaram a ser chamados estereotipadamente de índios, foram os primeiros habitantes do território brasileiro. São povos de diferentes hábitos, costumes e línguas diferentes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o último Censo Demográfico 2010, existem 817 mil pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil. Isso representa aproximadamente 0,5% de toda a população brasileira. Existem mais de 270 etnias, falantes de 180 línguas indígenas distintas e distribuídas em todo o território nacional.

No contexto educacional, a preocupação oficial com a temática da pluralidade cultural foi inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCN's), em 1998, como tema transversal nos currículos das escolas brasileiras. De acordo com Os PCN's, um dos critérios selecionados para a definição do tema para o ensino nas escolas foi que a abordagem dessa temática mostrava-se escassa ou superficial no ensino fundamental.

Em 2003, foi publicado a Lei 10.639, que altera a LDB e prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Em 2008, como foi dito, essa Lei foi modificada para a Lei 11.645, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), hoje substituídos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são documentos oficiais que ajudam a reger o sistema educacional no país. O Programa Nacional de Livros didáticos (PNLD) fundamentou-se nessas legislações, norteados os planejamentos de ensino nas escolas e os critérios de avaliação de livros didáticos.

Entende-se que o contexto escolar é o principal lugar para fomentar a reflexão sobre o ensino das diferentes raças ou etnias que formam as culturas do país, favorecendo o interculturalismo. A respeito da perspectiva intercultural é possível afirmar:

Uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas (CANDAU, 2008, p.52).

Compreende-se que trabalhar a interculturalidade nas escolas, desde a Educação Infantil, ajuda a erradicar a discriminação, incentivando o respeito pelas diversas culturas. A interculturalidade, no que diz respeito ao campo educacional, está representada por meio de procedimentos, de propostas didáticas ou de metodologias voltadas a promover o diálogo entre as diferentes formações socioculturais.

Quando se associa o interculturalismo com a Educação da Cultura Visual, pode-se problematizar o processo discriminatório, as colonialidades legitimadoras da hierarquização

racial, entendendo como a sociedade passou a pensar dessa maneira, sem favorecer o diálogo e a convivência respeitosa entre povos de etnia ou raças diferentes.

A legislação vigente no nosso país permite a discussão dos temas culturais étnicos e raciais, que, na maioria das vezes, é abordada de forma superficial ou “camufladamente” discriminatória em relação à cultura afro-brasileira e indígena.

A lei 11.645/08 garante a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena contemplada na lei 10.639, de 2003, responsável por inserir essas temáticas no currículo das escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio de todo o país. A finalidade é que esses temas sejam abordados em componentes curriculares como Educação Artística, Literatura e História do Brasil. De acordo com a lei de nº 11.645/08 no seu parágrafo 1º:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (BRASIL, 2008, art.26-A).

Com essas legislações em vigor, cabe aos gestores de secretarias de educação municipal e estadual, às instituições de ensino e os docentes trabalharem a relevância da história e da cultura dos povos indígenas para a conscientização da identidade brasileira.

Racismo indígena

Enquanto o racismo com a população negra é mais discutido e exposto, como pode ser exemplificado pela Lei 10.693/2003, o que afeta a população indígena é a invisibilidade e isso é pouco enfatizado. Isso se revela também na ampliação dessa lei para a 11.645/2008, quando se destacou que, além dos negros, os indígenas também são vítimas de racismo. Presumimos que isso ocorra porque há um estereótipo, também difundido por imagens, que remonta ao colonialismo do nosso país que compreende o sujeito indígena só se estiver vestido de tangas, com penas, arco, flechas ou algum instrumento bem tradicional. Como é raro encontrar um indígena trajado dessa maneira no dia a dia da maioria das cidades, exceto naquelas próximas de alguma reserva indígena oficialmente demarcada, isso também parece colaborar para a invisibilidade desse tipo de racismo.

O Centro Educacional Inventivo, instituição que assume as artes como foco do seu trabalho na cidade de João Pessoa/PB, no seu Instagram oficial (@ce.inventivo), celebrou o dia 19 de abril, em 2020, com postagens de índios paraibanos, juntamente com uma entrevista com Daniel Munduruku (2019), que questiona a celebração desta data, por considerá-la folclórica e preconceituosa. Para ele, a palavra “índio” está associada à ideia que o indígena é selvagem e um ser do passado.

As pesquisas de Peixoto (2017, p. 28-29) reiteram “o racismo contra os indígenas e sua persistência camuflada ou pouco compreendida pela população brasileira”. Salienta a relevância do IV Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), realizado em outubro de 2016, na cidade de Santarém (PA), quando o indígena e professor de artes Budga Deroby Nhambiquara (Werá Nhambiquara), palestrante na Mesa ‘Racismo institucional contra povos indígenas no universo acadêmico e a realidade encoberta’, chamou a atenção ao dizer que esse tipo de racismo ocorre porque essa população estava aqui desde a chegada dos colonizadores e por terem resistido e

continuarem lutando bravamente para existirem até hoje.

O racismo pode ser entendido como “tudo que hierarquiza em termos de superioridade ou inferioridade na concepção do humano, por isso ele se revela de diversas maneiras” (PEIXOTO, 2017, p.30). Essa pesquisa comprova que os próprios indígenas enfrentam dificuldades de se compreender como vítimas do racismo. Ao evidenciar o racismo contra os indígenas, inclusive nos livros didáticos, isso pode ajudar a ser reconhecido e combatido.

Análise e discussão do livros didático “arte de perto”

Para viabilizar esse estudo, realizou-se uma análise no livro didático “Arte de Perto”, no componente curricular “Arte”, livro adotado por algumas escolas públicas de Ensino Médio do estado do Piauí. O livro da editora Leya é de volume único para todas as séries do Ensino Médio. Os seus autores são: Maurilio Andrade Rocha, Mariana Lima Muniz, Rodrigo Vivas e Juliana Azoubel.

As análises permitem verificar que o livro contribui com o processo de ensino e aprendizagem das quatro linguagens artísticas do ensino da Arte (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), integrando-os com a interdisciplinaridade e com outras expressões artísticas, como o circo, a performance e as intervenções urbanas. Sobre a cultura indígena, o livro dedica o capítulo 18, nas páginas 275 a 287.

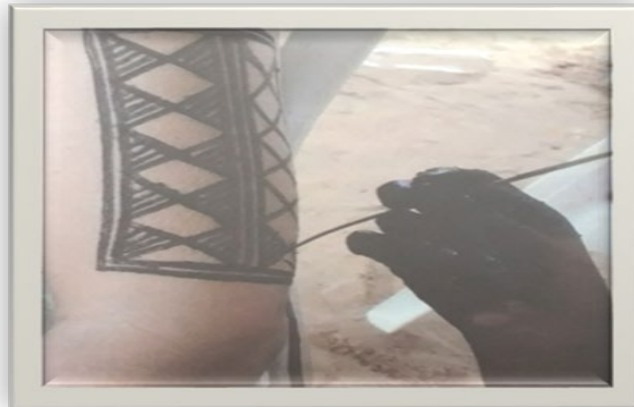
A análise permitiu relacionar as visualidades com as temáticas da cultura indígena. As primeiras visualidades, que chamam a atenção no livro, são as que mostram a realização de pintura corporal. A Figura 3, mostra os Barasana, que vivem às margens do Rio Uaupés, em Manaus (AM); a Figura 4, os indígenas da etnia Kayapó, que vivem nos estados de Mato Grosso e Pará. Eis algumas visualidades da cultura indígena contempladas no livro didático em foco.

Figura 3. Pintura Corporal, povos barasana em Manaus - AM.



Fonte: Rocha etalli (2018, p.277).

Figura 4. Pintura Corporal/etnia Kayapó do Pará.

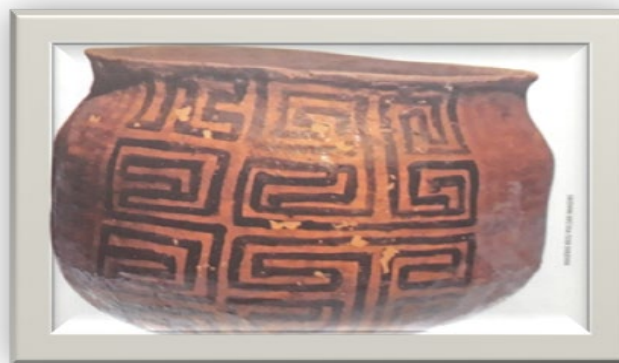


Fonte: Rocha et al (2016, p.279).

A cultura indígena tem características diferentes de um povo para outro. A pintura corporal utiliza tintas naturais, oriundas de árvores e frutos. É preparada por meio do jenipapo, uma fruta muito usada pelos índios. De acordo com Foucault (2009, p. 165) “a arte estabelece com a cultura, com as normas sociais, com os valores e cânones estéticos, uma relação polêmica de redução, de recusa e de agressão”.

A imagem, a seguir, mostra cerâmicas, que são pintadas com pigmentos naturais característicos de cada povo. Eles as utilizam como vasos, recipientes e para outras finalidades. As cerâmicas, em alguns casos, são esculpidas, pintadas e utilizadas também para armazenar as cinzas e ossadas dos mortos.

Figura 5. Cerâmica do povo Asurini, do médio rio Xingu em Altamira –PA. Foto de 2009.



Fonte: Rocha et al (2016, p.279).

Figura 6. Licocó com tanga povo Karajá- Museu da Universidade de São Paulo.



Fonte: Rocha et al (2016, p. 281).

Outra manifestação cultural encontrada no livro é sobre o ritual com máscaras feitos de fibras, como mostra a Figura 7, dos povos de etnia Kayapó, da aldeia multiétnica, em alto Paraíso de Goiás - GO. As máscaras indígenas apresentam um simbolismo sobrenatural. Normalmente, são utilizadas em ritos cerimoniais.

Figura 7. Mulher indígena e ritual com máscara.



Fonte: Rocha et al (2016, p.280).

Mesmo com a Lei 11.645/08 em vigor, percebe-se que ainda há poucas imagens da cultura e da arte indígena no livro didático. Foram identificadas 16 imagens desse povo em todo o livro. A maioria é de fotos de indígenas com suas pinturas e adornos convencionais. Sabendo que a cultura indígena é bem variada e contemplam as crenças religiosas, danças, moradias, artesanato, pinturas, cerâmica culinária, entre outras. Apesar de trazer imagens de alguns povos indígenas, as destacadas pelo livro em foco reforçam uma visão do indígena bem tradicional, atrelada ao passado. Segundo Luciano (2006, p. 43), “cada povo indígena possui um modo próprio de organizar suas relações sociais, políticas e econômicas – as internas ao povo e aquelas com outros povos com os quais mantém contato”, assim como de atribuir significados.

Identificamos que este livro didático, apesar de trazer imagens da cultura indígena de alguns povos brasileiros, ainda tem resquícios de uma visão racista e de feição colonialista. Mantém os indígenas no passado e os romantiza sem trazer nenhuma imagem e visualidade sobre o índio contemporâneo, por exemplo. Não faz qualquer relação do indígena com o mundo atual. O livro preserva uma visão do passado que mantém estes povos descontextualizados com o presente, sem qualquer interação com os problemas, desafios e aparatos tecnológicos contemporâneos. Não apresenta fotografias dos representantes desses povos em situações cotidianas na atualidade, interagindo com os desafios da sociedade brasileira. Essa ausência da discussão sobre o índio na atualidade contribui para que a nossa visão sobre esse povo seja realmente de um índio tradicional, aprisionado no passado, sem acesso ao uso das tecnologias, como máquina fotográfica, internet, celular, entre outros.

Hoje, os indígenas têm acesso, tanto as linguagens artísticas tradicionais quanto às tecnologias de informações para divulgar sua opinião, reivindicarem direitos ou denunciarem os danos que historicamente vêm sofrendo. O livro analisado não traz essa visão, apenas considera que; “o índio de hoje [...] orgulha de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular” (LUCIANO, 2006, p.33).

O livro didático é um material de forte influência no planejamento e execução do ensino brasileiro. É preciso que o professorado esteja atento à qualidade, à coerência e às eventuais restrições que se apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento (BRASIL, 1998, p. 67).

Considerações Finais

É relevante entender a importância do cuidado do MEC ao escolher um livro didático para ser adotado e usado pelas escolas. A análise, exposta aqui, é de um livro, que, ao tratar dos indígenas, usa o tema transversal da pluralidade nas visualidades, mantendo um atrelamento ao passado. Ao ser adotado para três anos, preocupa porque o livro, no que concerne à cultura indígena, não contempla integralmente o que estabelece a Lei 11.645/08. O livro didático pode ser um veículo de desconstrução e de combate ao racismo e todo tipo de discriminação e estereótipos.

O livro mencionado aborda um capítulo todo sobre “as visualidades das artes indígenas brasileiras”, tratando de suas tradições culturais. Entretanto, preserva uma perspectiva romantizada da cultura indígena, mantendo-a no passado e sem possibilidades de mudanças, adequações ou readaptações no presente. O professorado de arte, como executor da proposta, precisa, ao usá-lo, fazer essa contextualização desconstrutora e decolonializante. Na perspectiva de Bernardino-Costa; Grofosguel (2016, p.21) “o projeto político-acadêmico da decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder”. É muito importante que a sociedade brasileira possa se munir de informações que combatam o racismo contra os indígenas sem disseminar estereótipos romantizados ou infantilizados.

Esse estudo serviu como reflexão sobre o livro didático em relação ao cumprimento da Lei 11645/008. Conclui-se que esse tipo de análise é muito importante para apontar avanços e possíveis problemas. A temática da cultura indígena no livro didático “Arte de Perto” permite reflexões sobre como esse assunto colabora, ou não, para realizar a compreensão da pluralidade e atualidade cultural dos povos indígenas no Brasil no contexto escolar. Esse tipo de análise ajuda, ainda, a compreender e realizar o combate ao racismo dos povos indígenas, primeiros habitantes e produtores de cultura do território brasileiro, que se mantém em interação cultural desde os primórdios e continuam resistindo bravamente nos dias atuais.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BERNARDINO, Costa Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília: Senado, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Senado, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 de jul. de 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996.

BRASIL. **Guia de Livros Didáticos PNLD.** Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Volume 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANAU, Vera M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios:** resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em: 24 jul. 2020

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Educação.** 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/ministerio-cancela-compra-de-livro-apos-suspeita-em-processo-de-escolha.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos Especiais - O Brasil Indígena.** 2019. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em: 28 jun. 2019.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

MUNDUKURU, Daniel. **Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku.** Entrevista concedida a BBC News Brasil. **G1 Educação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escriptor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2020

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. **Singularidades da educação da cultura visual nos deslocamentos das imagens e das interpretações.** In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs.) Educação da Cultura Visual: conceitos e contextos. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.p. 209-226.

NASCIMENTO, E. A. do; SOUSA, I. B. de; COELHO, C. T. **Um mundo encanta/dor nas visualidades da educação infantil.** In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs.). Educação da cultura visual: aprender... pesquisar.... ensinar. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015. p. 263-287.

PEIXOTO, K.P.F. Racismo contra Indígenas: reconhecer é combater. **Revista Antropológicas**, ano 21, 28(2): p. 27-56, 2017.

ROCHA, Maurilio Andrade;et al. **Arte de Perto.** 1ª edição, volume único, São Paulo: Editora Leya,2016.

50 IDEIASDE MURAL PARA O DIA DO ÍNDIO. **Aluno ON.** Disponível em: <https://alunoon.com.br/infantil/atividades.php?c=242> . Acesso em:24 jul. 2020.

Recebido em 27 de julho de 2020.

Aceito em 12 de janeiro de 2022.